

mesmos, como disse o Presidente Sarney no seu discurso de posse. Tentemos fazer qualquer coisa que signifique mesmo a ruptura com o passado a partir de agora, a partir do momento em que, nestas múltiplas comissões, vamos instalar um processo de negociação permanente. É por isso, e só por isso, que é necessário existir uma comissão que coordene esses esforços coletivos, que não podem ser encarados nem feitos a partir da idéia de que uns Constituintes são de primeira e outros de segunda classe. Aqui haverá apenas os que trabalham e os que não trabalham, e será de lastimar se realmente existirem os que não trabalham. Deu-se chance a todos para que trabalhassem. Aqui, as oportunidades são múltiplas, mas é necessário que nós, que temos responsabilidade não da liderança formal — um título a menos ou a mais — mas a responsabilidade que nos vem de há muito, das duras lutas no Brasil, agora vacilemos. Seremos, sim, em certos pontos, eis, porque é necessário, mas saberemos, espero que com grandeza, transigir onde seja também importante transigir.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lamento ter dado estas explicações num clima de suspeitas aqui e acolá; preferiria fosse de concórdia.

Terminando, desejo dizer-lhes que tenho confiança em que, com a aprovação desse Regimento e com o trabalho de todos nós — quanto mais depressa o aprovarmos, mais depressa faremos aquilo que todos queremos — sepultaremos o passado autoritário. Peço-lhes que, ao invés de discursos, por mais inflamados que sejam, sobre a iniquidade da lei presente, construamos logo a boa Lei, a Lei nova. Não percamos tempo em batalhas circunscritas a esta Casa, que não levantam as ruas, que inquietam aqueles que não entendem o sentido dessa guerrilha, da qual, francamente, o Brasil não precisa, o que a Nação necessita hoje é que já, e logo, marchemos para a nova Constituição; que já, e logo, tenhamos a chance de dizer o que o nosso povo quer e deseje. Tenho a certeza de que, ao escrever uma nova Constituição, faremos aquilo que na biografia de um político mais marca: realizaremos uma obra que não terá o nome de nenhum de nós. Não restará cargo sobre cargo — liderança que seja — não restará nada, mas há de restar, e espero que por muito tempo, que entre pelo século que vem afora, o trabalho que fizemos, trabalho que refleta de fato o sentimento do povo. (Palmas.)

A Sr. Cristina Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SR. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, a firmeza de V. Ex.^a provocou o primeiro ato político da Assembléia Nacional Constituinte: cristalizam-se tendências. É natural que, numa sociedade pluralista, a obstrução parlamentar e a retirada do recinto do Partido da Frente Liberal e do Partido Trabalhista Brasileiro constituam fatos normais no Parlamento Nacional. No entanto, neste momento costura-se a unidade das forças democráticas que durante vinte anos lutaram contra a ditadura e que aqui são representadas pelos partidos de Oposição. É louvável que neste recinto tenham ficado os Parlamentares que construíram este momento, que possibilitou a Convocação da Assembléia Nacional Constituinte. E diria mais, Sr. Presidente: para o bem do povo brasileiro, para o avanço das conquistas democráticas, é melhor para a Assembléia que esse pessoal que saiu do

recinto aqui não volte até que promulguemos a Carta Constitucional. (Palmas.)

O Sr. Del Bosco Amaral — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Pela ordem, Sr. Presidente.

Ouvi o pronunciamento, pela ordem, da nobre Deputada Cristina Tavares a respeito dos Constituintes que permaneceram neste plenário. Eu aqui continuei, mas estou comprometido a votar contra esse substitutivo. Quero deixar claro, no que diz respeito a minha posição pessoal de lutador contra a ditadura — pejei esses anos todos, enfritei o cárcere — que permaneci no plenário, mas não tenho ainda a convicção de votar favoravelmente à proposição. Deixo bem claro que estou aqui, não me retirei. Possivelmente vou votar, mas contra esse substitutivo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Luiz Henrique para encaminhar a votação como líder do PMDB.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^a e Sr.^a, constituintes, vivemos hoje, nesta Casa, um dos momentos mais importantes da História recente deste País, o momento da definição das diretrizes regimentais da Assembléia Nacional Constituinte, por seu turno, do próprio processo de elaboração da nova Carta.

Desejo enaltecer aqui, Sr. Presidente, a figura de V. Ex.^a, na conduta firme, experiente e democrática dos trabalhos desta Assembléia, desde o instante de sua instalação. (Palmas.)

Quero enaltecer também esse extraordinário homem público, líder no Senado e relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, que realizou trabalho exaustivo, verdadeira peça de ourivesaria política. (Palmas.) S. Ex.^a pacientemente ouviu todos os partidos, todos os companheiros, procurando aperfeiçoar esta obra regimental consubstanciada no seu substitutivo.

Por último, devo enaltecer ainda os ilustres líderes de todos os partidos políticos com assento nesta Casa pela sua extraordinária participação, ao mesmo tempo em que evoco a figura correta do Deputado Carlos Sant'Anna. Leal ao partido e ao Governo que representa, S. Ex.^a se empenhou conosco na construção de uma saída para os impasses que se antepuseram à realização deste trabalho regimental.

Devo dizer aos prezados companheiros que assumo a esta tribuna para trazer a posição do PMDB, que não constitui fruto de conversas com duas ou três pessoas, em gabinetes fechados, mas é uma posição amadurecida em várias reuniões dos coordenadores de bancadas, com os mais diversos grupamentos existentes dentro do partido e nesta Casa.

Desejo realçar que, dos contatos que mantive com o Sr. Presidente José Sarney, ouvi S. Ex.^a declarar que jamais interferiria nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, na elaboração da Carta Magna. Disse mais S. Ex.^a que, como Presidente da transição democrática, fazia questão de assegurar total liberdade e independência a todos os parlamentares, mesmo àqueles que tenham ligação mais próxima com autoridades governamentais, no sentido de que esta obra constitucional seja um monumento de afirmação dos anseios de liberdade e democracia, os quais

coloriram as ruas de amarelo, na campanha memorável das diretas já.

Sr.^a e Sr.^a constituintes, o PMDB comparece a esta sessão com uma posição bastante firme, coesa, compacta, monolítica, no que se refere à manutenção do § 7º do art. 57, eis que o citado dispositivo, ao mesmo tempo em que afirma a soberania desta Assembléia Nacional Constituinte, reafirma também o bom senso e o equilíbrio dos parlamentares que integram esta Casa.

Após ouvir exaustivamente os companheiros, venho trazer aqui a posição do PMDB. O § 7º do art. 57 tem o objetivo claro de garantia da soberania desta Constituinte. Não é outra a sua destinação. **a mens legis** em questão não tem o alcance de alterar norma constitucional preestabelecida, nem pretenderam seus redatores dar-lhe tal dimensão. Por isso, assegura o referido dispositivo tranquilidade aos trabalhos desta Assembléia e, ao mesmo tempo, o total exercício de sua soberania.

Companheiros constituintes, é importante que votemos hoje esta matéria, para prosseguirmos na elaboração do próprio texto da Carta Magna. Não podemos mais retardar nem obstaculizar a realização desta obra política. Deseja o PMDB que já o mês de março seja consagrado integralmente à elaboração da nova Carta e, por isso, apóia também, com ênfase, o disposto no art. 82 do substitutivo, que submete o funcionamento da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional à convocação extraordinária, para análise de matéria urgente e de relevância nacional.

Queremos que esta Constituinte trabalhe em caráter exclusivo e prioritário. Desejamos que Câmara e Senado se reúnam apenas e exclusivamente para a análise de matéria de lei ordinária, de acordo com a prioridade ditada por esses dois princípios, o da urgência e o da relevância nacional.

O PMDB comparece a esta tribuna para solicitar o apoio de todos os Srs. parlamentares a este substitutivo. Esperamos que a matéria seja votada rapidamente, até porque foi longa e exaustiva a sua discussão.

O PMDB vota favoravelmente ao substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso, rendendo homenagens a S. Ex.^a

Estamos certos de que, ao final, sairemos daqui celebrando civicamente a competência da Assembléia, sua capacidade de solucionar adequadamente os conflitos e elaborar com rapidez um texto capaz de acomodar os diversos impasses naturais na feitura de uma Carta Magna. Por isso, Srs. constituintes, concito V. Ex.^a mais uma vez, a votarem esta matéria, no sentido da reafirmação da dignidade da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Afif Domingos, para encaminhar a votação como líder do PL.

O SR. AFIF DOMINGOS (PL — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa Diretora, Srs. e Sras. Constituintes, o Partido Liberal está presente em respeito aos eleitores que nos elegeram a 15 de novembro de 1986. (Palmas.) Presente, pois, este é momento de grande importância para a vida nacional, quando a Nação inteira está de olhos voltados para este Plenário, indagando quando realmente começaremos a discutir os problemas que afligem o País. Preocupa-nos a forma com que nossos eleitores se têm manifestado. Inclusive, acabamos de receber um telex das mais lídimas representações do Vale do Paraíba, da massa de pequenos e médios empresários e, em decorrência,

seus trabalhadores, com dizeres que, na abertura de sua mensagem, nos preocupam, e gostaríamos de aqui deixar consignados:

"Sr. Deputado, a confiança depositada pelo povo em V. Exª não pode, neste momento, ser abalada por interesses menores de oportunismo e irresponsabilidade. Temos certeza de que, como nosso representante, não permitirá que o fato político se sobreponha ao econômico, levando ao caos os setores produtivos. Portanto, confiantes, remetemos a V. Exª o manifesto das entidades representativas."

São mais de duas centenas de entidades preocupadas com os problemas do dia-a-dia, e parece-nos que estamos alienados dessa realidade. Temos visto o esforço dos Srs. Constituintes no sentido de vencerem, todas as amarras burocráticas e regimentais, de tal forma que pudessem hoje votar o Regimento e, logo após o Carnaval, preparar não só a Assembléia Nacional Constituinte, mas também o Congresso Nacional, para receber todos os anseios da sociedade, que agora se exacerba.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos de ter consciência de que a crise que abala o País chegará a este plenário pela pressão de nossas bases, pela necessidade de a Nação continuar respirando. Ficamos extremamente preocupados quando vemos que a reação da população à maratona decretada não foi aquela que o ambiente político imaginava. Infelizmente, a primeira reação da massa da população, seja como consumidores, seja como pequenos e médios empresários, foi: "Se a Nação pode pedir, nós também poderemos, porque estamos numa situação de angústia em que as taxas de juros nos afogam e estamos prestes a provocar desemprego". Portanto, não pense V. Exª que estes fatos ficarão distantes deste plenário; que, se ficarmos única e exclusivamente discutindo manobras regimentais para a aprovação do conteúdo, estaremos dando aos nossos representados uma imagem de trabalho.

Foi nesse instante, Sr. Presidente, que, apesar de termos pontos extremamente divergentes no substitutivo, colocamos a nossa posição de não sairmos do plenário para discuti-lo, embora como minoria esmagada pelo próprio Regimento. (Palmas.)

Hoje estamos dispendo do mesmo tempo concedido às outras lideranças, mas, dentro da proposta, os partidos pequenos ficarão com apenas três minutos, quando o partido majoritário, pela palavra do seu Líder, ficará com vinte minutos. Entendemos a proporção das maiorias, sim. O que não podemos entender é o esmagamento das minorias, pois, embora como partido minoritário, temos enorme responsabilidade perante uma extraordinária massa eleitoral que nos trouxe a esta Assembléia.

Sr. Presidente, como já dissemos, temos pontos divergentes, e a posição do PL é uma posição contrária à forma como está sendo apresentado o substitutivo, em função dessa discriminação que não aceitamos.

Solicitamos a todas essas lideranças conscientes — e aqui neste plenário majoritariamente está presente o PMDB, que por si só tem condições de aprovar a matéria — em nome das minorias que, por favor, reconsiderem alguns dos seus pontos e os destaques que apresentamos nesse sentido, para que seja feita uma revisão, a fim de que nos dêem voz e, não em igualdade, mas pelo menos não em tanta desigualdade, possamos nos manifestar dentro deste plenário.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por fim, queremos dizer que esta talvez seja uma das maiores crises econômicas dos últimos tempos que se refletirá no plenário, seja do Congresso Nacional, seja da Assembléia Nacional Constituinte.

Não devemos temer as crises, porque é exatamente no momento das grandes crises que temos oportunidade de promover as maiores transformações que esperamos para nosso País. O nosso medo é o de que essa crise nos atinja sem estarmos devidamente preparados, porque nos parece que a cada dia estamos mais distantes da realidade do cotidiano. Brasília, a meu ver, é a capital nacional da alienação da realidade. O Brasil legal está cada dia mais distante do Brasil real.

Tomemos cuidado, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a fim de que não nos distancie da realidade, porque é a partir dela, a partir do fogo da crise que todos estaremos incentivados a promover as mudanças, presentes ao debate e não ausentes dele, dentro do princípio da concordância e não do esmagamento, como este a que estamos assistindo hoje.

Não usem o critério do esmagamento, porque, assim fazendo, correremos o risco de esmagar os anseios da sociedade e já não podemos conviver com rupturas institucionais. A nossa responsabilidade é muito grande. Este o apelo que fazemos à Maioria, representada pelo PMDB, aqui presente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ilysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Amaral Netto para encaminhar a votação como líder do PDS.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o momento é muito difícil. Todos os Líderes aqui presentes, a não ser os líderes de si mesmos, têm problemas nas suas bancadas, por maiores ou menores que elas sejam. Eu os tenho na minha, porque no meu partido não há ditadura, não há domínio de Líder, principalmente em terreno ideológico, onde todos podem se manifestar. Somos unânimes no combate ao Governo, ao qual somos oposição, mas ao fazermos uma Constituição e o seu Regimento, nós estamos preocupados, isto sim, com a qualidade desse Regimento, porque como disse ontem, aqui, um Constituinte, esse Regimento é a Constituição da Constituição. Se, por pressa ou por desejo de acabá-lo antes do Carnaval, sendo este o único elemento, por feito de qualquer maneira, a Constituição sairá prejudicada.

Neste caso eu diria a V. Exª Sr. Presidente, que lamentei, sob o aspecto político, sob o aspecto da presença de V. Exª, sob o aspecto da admiração que tenho por V. Exª, sob o aspecto do passado e do presente de V. Exª, que V. Exª não tenha possibilitado à Casa a apreciação do recurso apresentado pelo Deputado Gastone Righi. Se V. Exª o tivesse feito, estariam sanados muitos dos problemas que ora enfrentamos. Se o partido de V. Exª fosse vitorioso na votação do recurso, teria ganho tudo. Se perdesse, também sabia V. Exª que estaria tudo perdido; não haveria modificação alguma. Isto só protelou uma operação de urgência. E ela vai demorar um pouco mais.

No entanto, retirei-me daqui como líder, acompanhado da maioria dos meus companheiros. V. Exª não me ouviu dizer ao microfone para que a bancada se retirasse. Agi assim por um motivo: não queria coagir companheiros que não gostariam de se retirar e não queria desmoralizar a minha posição, dizendo isso sem que eles me acompanhassem. Alguns me acompanharam. Podem até não ter gostado de precisar voltar. Voltamos por um motivo, em princípio: pedir veri-

ficação de votação, se não for nominal. Porque tem de ser nominal. Ai, entra outro detalhe: estou convencido de que votar contra ou não estar aqui dará na mesma. Quem terá de obter os 280 votos é o PMDB, não nós. Não temos a obrigação de dar **quorum**. O número necessário tem de ser obtido por quem precisa ganhar, e quero ficar aqui para assistir ao espetáculo. Quando vejo o Senador Fernando Henrique sorrindo para mim, preferiria que esse sorriso significasse mudanças no Regimento que S. Exª se submeteu a fazer ditatorialmente, com todo o respeito que tenho por S. Exª. Faço questão de dizer que não quero que todos me apóiem; não teria jeito. Se tivesse o apoio de todos, viraria o soberano, o PMDB, o que não sou. Quero dizer que o Partido Democrático Social, saindo ou não do plenário, votará, contra o substitutivo. E fará assim, Sr. Presidente, porque ele é ditatorial, esmagador, é um regimento da cavalaria montada ou de carros mecanizados, como disse o Senador Jarbas Passarinho, que entende do assunto. É um Regimento que oprime, esmaga e arrebenta com todos nós, Um Regimento que não se casa com a imagem de V. Exª, com a imagem dos 20 anos da luta do PMDB. Minha posição nada tem a ver com a posição do PFL. A intriga que se lançou nesta Casa, de que estaríamos a reboque do PFL, é falsa. Não estamos a reboque do PFL e nem o PFL está a nosso reboque. Encontramos-nos em uma posição comum, que lamento não seja de toda a Casa, porque assim esse Regimento seria muito melhor. Não temos nada com os interesses do Governo. Tenho cansado de dizer que fazemos Constituição pensando nela e não no Sr. José Sarney. Se desagradarmos o Presidente Sarney, ótimo; se não desagradarmos, pelo contrário, pior, mas fazemos o que a Pátria deseja.

Sr. Presidente, repito que vamos ficar aqui, votaremos contra e faremos uma coisa de que quero prevenir V. Exª, porque sempre joguei aberto nesta Casa, nunca escondi de adversários o que iria fazer. Repito, mais uma vez, o que disse nesta noite: se não for feita votação nominal de um por um dos destaques, pediremos esta votação, e o prazo para terminar é de vinte dias.

Senhores, se não nos cedem nada, se não nos dão nada, agüentem com as consequências. Não estamos preocupados com a opinião pública neste momento. Eu vi, também no projeto do Plano Cruzado, V. Exª viram, esta Casa inteira, até mesmo gente da oposição, a imprensa, todos viram o povo aplaudindo e gritando: "Vai ter que dar certo!"

Levantei-me aqui dentro, com alguns companheiros, desde o primeiro dia, dizendo que não ia dar certo, e todos acharam que eu perderia na opinião pública.

Hoje lançam o Cruzado III, que é as Malvinas da moratória. Vamos ver as consequências. Agora vêm com esta ameaça: ou votam agora, ou a opinião pública vai amaldiçoá-los para o resto da vida. Pois bem, não sei se a opinião pública vai entender esta pressa, que podemos prejudicar e que integra um direito ditatorial que contradiz tudo o que a oposição de ontem pregava e hoje não prega mais.

Portanto, Sr. Presidente, repito: aquele "tem de dar certo" de hoje para mim se reflete na frase que eu quis modificar naquela ocasião: tem de dar, certo? E deram, porque deram à força. Hoje, temos a certeza, vamos marcar uma posição: não admitimos seis ou sete pontos terríveis neste Regimento. Pedimos que fossem modificados; não nos ouviram, ninguém conversou, ou, se conversou, apenas fingiu que o fez. Ninguém mudou nada, e nos colocaram em uma situação que nos